CONSELHOS AMBIENTAIS: Dinâmica de participação no conselho deliberativo da RESEX do Rio Unini

Cassia Karimi Vieira Cativo[1]
Tiago da Silva Jacaúna[2]

RESUMO

Os conselhos deliberativos (CD) de áreas protegidas configuram-se pela pluralidade de atores e instituições envolvidas em seus processos decisórios. Os CD constituem-se como um espaço relevante para a promoção do diálogo e da busca de consenso entre os atores envolvidos. Apesar dos inúmeros estudos sobre o funcionamento, os problemas e a importância dos CD das unidades de conservação, poucos se dedicaram a entendê-los como arenas sociais e como os seus participantes estabelecem redes de relações sociais que influem na tomada de decisão. Diante disso, esta pesquisa buscou preencher esta lacuna ao eleger como objetivo principal analisar a participação, o processo decisório e a política ambiental no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini (CDRRU). Os resultados revelaram o processo de formação do CDRRU, marcado pela articulação dos moradores com a sociedade civil; os seus aspectos estruturais, a multiplicidade dos atores que o compõem e as demandas recorrentes.

Palavras-chave: Conselhos Ambientais. Controle Social. Política Ambiental

ABSTRACT

The deliberative councils (DC) of protected areas are configured by the plurality of actors and institutions involved in their decision-making processes. The DCs are a relevant space for promoting dialogue and seeking consensus among the actors involved. Despite numerous studies on the functioning, problems and importance of DCs in protected areas, few have dedicated themselves to understanding them as social arenas and how their participants establish networks of social relationships that influence decision-making. Therefore, this research sought to fill this gap by choosing as its main objective to analyze the participation, decision-making process and environmental policy in the Deliberative Council of the Rio Unini Extractive Reserve (CDRRU). The results revealed the formation process of the CDRRU, marked by the articulation of residents with civil society; its structural aspects, the multiplicity of actors that compose it and the recurrent demands.

Keywords: Environmental Advice. Social Control. environmental policy

1 INTRODUÇÃO

[1]Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Brasil. E-mail: karimivieira@hotmail.com
[2]Doutor em Ciências Sociais, professor da Universidade Federal do Amazonas, UFAM; Brasil. E-mail: tiagojacauna@gmail.com.

Os movimentos sociais nascem a partir da articulação de grupos sociais como forma de resistência e luta por direitos, entre os quais: acesso à terra, à educação, à saúde, à questão ambiental, à democratização do Estado e liberdade política, entre outros. Para Loureiro (2009, p. 195), os movimentos sociais e os conflitos são "manifestações públicas da consciência de classe de um grupo que se sente lesado no interior da sociedade; como contestação ao Estado e a hegemonia dos grupos no poder; como uma manifestação que procura recriar formas mais justas na ordem social".

Esses espaços possibilitam a participação de milhares de cidadãos espalhados por todo território nacional, fiscalizando, discutindo e propondo políticas públicas. Um desses importantes canais de participação são os conselhos, os quais se tornaram um dos importantes instrumentos de diálogos entre sociedade civil e o Estado. A partir da Constituição Federal de 1988, estes passaram a propor, legislar e fiscalizar as políticas públicas. Teixeira (2005) pondera que os conselhos devem seguir parâmetros que assegurem sua efetividade, através das leis, criação de regimento interno, quem pode ou não participar, quais os ritos serão adotados durantes as reuniões, como será a dinâmica durante o processo de decisão, entre outros. Essas diretrizes são fundamentais para a participação democrática de todos os conselheiros.

Os conselhos são vários e variam de acordo com a sistematização e organização das políticas públicas. A literatura aponta a existência dos seguintes conselhos: Conselho de saúde, Conselho da Assistência Social, Conselho da Educação, Conselho da Previdência Social, entre outros. Neste trabalho, dar-se-á destaque aos Conselhos de Meio Ambiente em função do objeto de estudo em debate, quanto sua abordagem metodológica esta foi qualitativa com a participação dos 20 membros do conselho deliberativo.

1. O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini

Os conselhos deliberativos das unidades de conservação (UCs) tornaram-se espaços públicos que contribuem para a participação democrática da sociedade. Nesses espaços há uma diversidade de atores tais como: representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais das UCs, de acordo com o Decreto 4340/2002, que regulamentou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

Na Amazônia, a luta dos movimentos sociais pela permanência, gestão compartilhada e preservação de áreas ambientais também se intensificaram, desdobrando-se na criação de 193 UCs de responsabilidade dos estados e 146 unidades federais, a exemplo, a Reserva Extrativista do Rio Unini (2006) (MMA, 2019).

A RESEX do Rio Unini expressa o processo de governança entre os múltiplos participantes envolvidos nas tomadas de decisões. Criada na década de 2000, a reserva apresenta em sua constituição a difusão política vertical (de baixo para cima), uma vez que que foi gestada no interior da sociedade e civil e em seguida incorporada pelo Estado, além da difusão horizontal, cuja característica é a forte mobilização de atores sociais em redes de aprendizado e influência (JACAÚNA, 2018).

A Resex do Rio Unini foi criada a partir do decreto S/N de 21 de junho de 2006, ocupando uma área de 849.684, 79 hectares, localizada entre os municípios de Novo Airão (18.974 hab.), Barcelos (27.364 hab.), distribuída em uma área de 849.684,79 hectares, abriga 9 comunidades[3] e 150 famílias residem nessas comunidades. A principal via de acesso é fluvial, saindo de Novo Airão percorrendo o Rio Negro até chegar ao Rio Unini, pertence ao Corredor Central da Amazônia e o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro[4]

Na busca pela efetivação de uma gestão compartilhada foi criado o seu conselho por meio da Portaria nº 87, de 6 de novembro de 2009, com a participação

[3] Lago das Pedras, Terra Nova, Patauá, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta, Vista Alegre, Vila Nunes.
[4] O Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro – MBRN - foi criado através da portaria nº 483, de 14 de dezembro de 2010. Reúne 11 UC municipais, estaduais e federais de categorias diferentes e possui 7.412.849 hectares. Sua gestão é feita de forma integrada e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, visando à compatibilização da presença da diversidade biológica, a valorização cultural e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (ISA).

de 22 conselheiros e seus suplentes, representantes das comunidades e das instituições interessadas nos recursos e na gestão da UC. Por intermédio de consulta entre aos comunitários o modelo de conselho adotado foi o deliberativo, ou seja, os membros têm direito a voz e a voto nas decisões.

A pesquisa realizada entre 2018 e 2019, indicou que o conselho é composto por uma pluralidade de participantes, com idade entre 24 a 65 anos, com a maior prevalência os conselheiros com idade entre 41 a 55 anos (58%), desenvolvem as seguintes atividades: agricultura, manejo de peixe, manejo de castanha, vereador, engenheiro, agente de saúde, aposentados e gestores.

Os conselheiros do sexo masculino ainda são maioria (75%) e apenas 25% são mulheres. Para Lüchmann e Almeida (2009, p. 88), alguns fatores podem ajudar a entender a baixa participação feminina na vida política. Um dos pontos citados pelas autoras é o tempo. Muitas se desdobram entre a participação em atividades políticas e as atividades domésticas, pois nem sempre essas atividades são distribuídas igualmente entre os homens e mulheres, uma vez que se associa “o feminino ao espaço doméstico, e o masculino à grande política”.

No que se refere à escolaridade, 42% possuem o ensino fundamental incompleto, 32% possuem o ensino médio completo, 16% possuem o ensino superior e 10% não tiveram a oportunidade de frequentar uma sala de aula. Salienta-se que apenas os representantes do Estado possuem ensino superior, enquanto os representantes das comunidades o acesso a políticas educacionais fora limitado ou quase inexistentes, dificultando que pudessem terminar seus estudos.

O reflexo dessa fragilidade no ensino é apontado pelos conselheiros em razão das suas dificuldades em entender termos técnicos, 45% dos entrevistados têm dificuldade em interpretar as documentações apresentadas nas reuniões, e não conseguem entender a linguagem utilizada por alguns debatedores em suas exposições.

De acordo com os entrevistados:

> Minha dificuldade é no jeito que algumas pessoas quando vão se apresentar falam. Às vezes eu não consigo entender o que estão dizendo. Quando é assim eu presto atenção no que os outros colegas falam, eu quando tem o intervalo eu vou e pergunto pra alguém, ai tiro minhas dúvidas (Entrevistado 10, Pesquisa de Campo, 2018- 2019).

Para Tatagiba (2005), a formação continuada apresenta-se como uma importante aliada no processo de transmissão de informação entre os membros do conselho, tendo em vista a dinamicidade das legislações ambientais e as possíveis mudanças de representantes da sociedade civil. O acesso a seminários, palestras, cartilhas informativas, entre outros, contribuiria para que os novos conselheiros tivessem maior domínio das temáticas apresentadas nas reuniões, além disso, permitiriam a quem já está há bastante tempo, atualizar seus conhecimentos em torno dos novos debates e legislações vigentes.

Quanto ao seu tempo como conselheiro, a pesquisa revelou que 38% estão entre 1 a 5 anos exercendo a função, 29% estão entre 5 a 10 anos como conselheiro e 33% estão desde o início da criação do conselho. Quando questionados o porquê de sua participação como conselheiro relataram que:

> No início eu nem sabia que era conselho, quando falaram que precisava criar eu imaginei algo como se fosse pra dar conselho as pessoas. Então vieram as oficinas da FVA, eles explicaram porque a gente tinha que lutar, teve gente que viajou pra outras unidade e quando voltada vinha falando como era, e isso foi dando um outro sentido. Hoje eu vejo o quanto isso aqui é importante, o quanto nos ajuda aprender, que isso é a força da comunidade, se você for sozinho e falar eu sou da comunidade tal ninguém te dar importância, mas se você diz eu sou conselheiro as portas se abrem (Entrevistado 4, Pesquisa de Campo, 2018-2019)
>
> Olha eu sou antes e depois do conselho, porque aqui a gente aprende muita coisa, você aprende a questionar, a não ficar calado, então sem o conselho a gente ia ser obrigado a aceitar tudo, e a gente aprende que não é assim, que conselho é luta (Entrevistado 2, Pesquisa de Campo, 2018-2019).

Destaca-se em meio aos relatos apresentados a importância da emancipação política dos indivíduos. Para os conselheiros o papel desenvolvido pela ONG Fundação Vitória Amazônia (FVA) foi importante no processo pedagógico da autonomia política, pois através de oficinas, intercâmbio com outros movimentos, participações em conferências, foram construindo um novo olhar em torno de sua realidade. Freire (2001) apresenta a educação como um ato político, sugerindo que é preciso romper com as ideologias, com o sistema dominante para ter acesso a igualdade, oportunidades e justiça social.

A pesquisa buscou conhecer também qual seriam os caminhos para torna-se conselheiro. No caso dos que representam instituições Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria e Fundação de Vigilância e Saúde a indicação é feita por seus respectivos gestores que verificam as disponibilidades de seus técnicos para participarem das reuniões. Durante as reuniões dos anos de 2018 e 2019, não houve representantes do INCRA, por sua vez, o IDAM, seu representante já possuía experiência com outros conselhos, mas no ano de 2018 era seu primeiro ano dentro do conselho integrado Jaú e Unini. Em sua apresentação o conselheiro disse que aquela temática era nova para ele, mas que iria buscar conhecer para contribuir com as discussões.

A participação de um novo membro no conselho sempre é bem vinda por todos, pois estes acreditam que se as instituições participarem, seria mais “fácil” encaminhar suas demandas. Nesse sentido, o conselho torna-se uma importante ferramenta dos comunitários para serem ouvidos pelas instituições estatais.

Durantes as reuniões, solicitações foram registradas em atas para o ingresso de novos órgãos no conselho como a FVS, a secretaria de saúde de Barcelos, o IDAM. Quando questionada se a entrada de novos membros sem conhecimento da temática não iria prejudicar os debates, umas das conselheiras respondeu: “não, a gente acha bom, porque é difícil falar com esse povo, aqui a gente pega eles e faz eles se comprometerem e tudo fica registrado no papel, o ruim é não ter ninguém, porque com o tempo eles aprendem, foi assim com todo mundo” (Entrevistado 5, Pesquisa de Campo, 2018-2019).

Por sua vez, nas comunidades, o processo eleitoral é diferente, os comunitários que desejam ser conselheiros devem pôr seu nome à apreciação da comunidade, caso tenham êxito nas eleições tornam-se representantes. Todavia, nem sempre esse é o caminho percorrido. Muitos estão há mais de 10 anos devido à ausência de pessoas que queriam atuar como conselheiro. Durante as entrevistas os participantes sinalizaram o desejo de deixar de atuar nas reuniões, porém, como ninguém em suas comunidades se compromete em participar, estes acabam retornando para a suas funções.

A apatia da população em atuar das decisões políticas não é um problema exclusivo do conselho Deliberativo do Rio Unini. Para Dahl (2009), essa omissão em participar das decisões políticas é explicado pela crença de que os governantes não estão interessados em resolver a situação da população e que as reivindicações não serão resolvidas. Sani (2009, p. 56), define a apatia política como um estado de "indiferença, estranhamento, passividade e falta de interesse pelos fenômenos políticos. O apático não é nunca um protagonista ativo dos acontecimentos políticos, mas acompanha-os como expectador passivo e, mais frequentemente, ignora-os inteiramente".

Moises (1995) destaca que esse mal-estar e a desconfiança em relação à política não é um problema exclusivo brasileiro, mas, apresenta-se também em outros países da América Latina. Estas ideias ganham forças no cenário onde a inflação tornou-se crônica, os governos assumem comportamento privatista desqualificando os serviços públicos em favor do privado, os índices de desemprego crescem exponencialmente, a renda não é dividida de forma justa concentrando-se nas mãos de uma minoria e a prática abusiva de corrupção é constante nos governos.

Na última reunião ocorrida em maio de 2019, foi sinalizado a necessidade de substituição de alguns conselheiros, tendo em vista que alguns já permanecem por algum tempo no cargo, e o ideal é que outras pessoas também possam participar e contribuir com o processo democrático. Nesse sentido, Dahl (2009, p. 49) sinaliza cinco critérios fundamentais para efetivação do processo democrático:

> **Participação efetiva**: antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter a oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política; **Igualdade de voto**: quando chegar o momento em que a decisão sobre a política for tomada, todos os membros devem ter a oportunidade iguais e efetivas de votos e todos devem ser contados como iguais; **Entendimento Esclarecido**: dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter a oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências; **Controle do programa de planejamento**: os membros devem ter a oportunidade exclusiva para decidir como e, se preferirem, quais s questões que devem ser colocadas no planejamento. Assim, o processo democrático exigido pelos três critérios anteriores jamais é encerrado. As políticas da associação estão sempre abertas para a mudança pelos membros, se assim escolherem; **Inclusão dos adultos**: Todos ou, de qualquer maneira, a maioria dos adultos

> residentes permanecem deveriam ter o pleno direito de cidadão nos primeiros de nossos critérios.

Para o autor estes critérios são importantes para a manutenção democrática, cada uma destas regras contribui para que homens e mulheres tenham seus direitos respeitados e que não existam pessoas com maior ou menor poder de influencias nas decisões. Outro ponto observado na pesquisa foram as demandas apresentadas por estes conselheiros nas reuniões. Nesse sentido, as Atas de 2010 a 2013 foram solicitadas ao presidente do Conselho. Após disponibilização, estas foram organizadas por períodos e por demandas que mais sobressaíram durante as reuniões, Para melhor visualização das pautas, optou-se também por apresentar as demandas do conselho no recurso nuvens de palavras. Neste recurso o tamanho da palavra indica a frequência catalogada em Ata, quanto maior for a frequência da palavra maior será sua apresentação na nuvem.

Figura 1 – Nuvem de palavras: Ata do Rio Unini, 2010 a 2013.

Fonte: Pesquisa Documental 2019.

As pautas das reuniões são definidas pela presidente do conselho e apresentadas no início das reuniões. Entretanto, todos os conselheiros tem a

oportunidade de apresentar pautas adicionais, bem como é reservado a eles um espaço no decorrer dos dias do encontro para que suas demandas sejam expostas. As palavras mais frequentes estão relacionadas com a temática ambiental, organização política, questão agrária, conflitos e as políticas sociais (Figura 1).

Destaca-se a luta dessas famílias ao acesso a políticas sociais como saúde, educação, saneamento básico, informação, entre outras, reflexos que não são exclusivos da Amazônia, mas refletem a fragilidade brasileira cujo os governantes fecham os olhos para as necessidade de sua população, levando até mesmo na descrença de uma possível mudança na realidade destas famílias, como registrado: “toda reunião a gente apresenta as mesmas pautas, saúde, educação, energia, INSS, e cadê que já mudou? Não mudou nada e pelo que vejo nem vai mudar” (ATA, 2011, s/p).

Mesmo com as dificuldades registradas nas Atas do conselho, os comunitários o veem como seu principal porta voz, pois é através da articulação com outras instituições que suas demandas são atendidas. Entende-se que o conselho para estas comunidades é um importante instrumento de diálogo com o Estado e o terceiro setor, pois através dele o debate em torno de políticas públicas é construído, os quais implementam estas políticas a partir do real e das redes sociais formadas por outros atores sociais.

3. A Arena e redes de Política do Conselho Deliberativo da Resex do Rio Unini

O conceito de arena de ação ajuda a compreender como os atores sociais formulam e executam as políticas públicas. Estas decisões são baseadas no conhecimento adquirido, no conteúdo simbólico e moral das questões, na influência da mídia, na estrutura e no padrão de relação das redes sociais, nos interesses individuais, na estrutura e no estilo do sistema regulador político, e na dinâmica das interações sociais. Esse sistema composto por múltiplos atores caracteriza o Conselho Deliberativo do Rio Unini, na medida em que estes atores são peças fundamentais no processo de construção e execução da política ambiental no rio Unini.

Para Renn (1992) e Hannigan (1995), arenas são compreendidas como uma metáfora para designar espaços simbólicos onde atores e/ou grupos sociais buscam influenciar nas decisões ou nas políticas coletivas. Segundo Renn (1992, p. 181), o conceito de arena baseia-se na ideia de que os grupos sociais em uma arena política "tentam maximizar sua oportunidade de influenciar os resultados (*outcome*) do processo coletivo de decisão por meio da mobilização de recursos sociais". Nesse sentido, cada ator assume uma posição assimétrica de poder dentro da arena e busca influenciar o processo decisório.

A arena de ação são as deliberações realizadas durante os encontros do CDRRU, os protagonistas dessas decisões são todos os conselheiros, que por meio de conflitos e/ou colaboração constroem os rumos da política ambiental no rio Negro. O padrão de interação são os conflitos e/ou colaboração inerentes ao processo de gestão compartilhada na UC.

A colaboração entre os atores é um dos aspectos importantes observado no CDRRU, principalmente no que se refere às demandas por políticas sociais, pois são demandas coletivas, direcionadas a todas as comunidades que fazem parte das UCs localizadas no rio Unini. A Figura (2) ilustra esse processo de colaboração entre os membros do conselho, onde o presidente da COOMARU apresenta para a assembleia os resultados de sua gestão à frente da cooperativa, os conselheiros são livres para fazer questionamentos, sugerir ações, concordar ou discordar com o que for apresentado. A colaboração também esteve presente no processo da criação da reserva e posteriormente na criação do CDRRU com a intervenção da FVA, ICMBIO e os moradores. Por sua vez, os critérios utilizados para tomar decisões são baseados no interesse coletivo das famílias da UC e nas legislações ambientais.

Todavia, dependendo das pautas apresentadas dentro do CDRRU, a arena terá uma configuração diferente, ou seja, uma arena cuja pauta fosse a pesca esportiva, redelimitação de terras, acesso das comunidades a políticas sociais, entre outras, as variáveis externas e os critérios utilizados para tomadas de decisão poderiam ser diferentes uns dos outros.

Figura 2 – Reunião do Conselho Integrado do Rio Unini

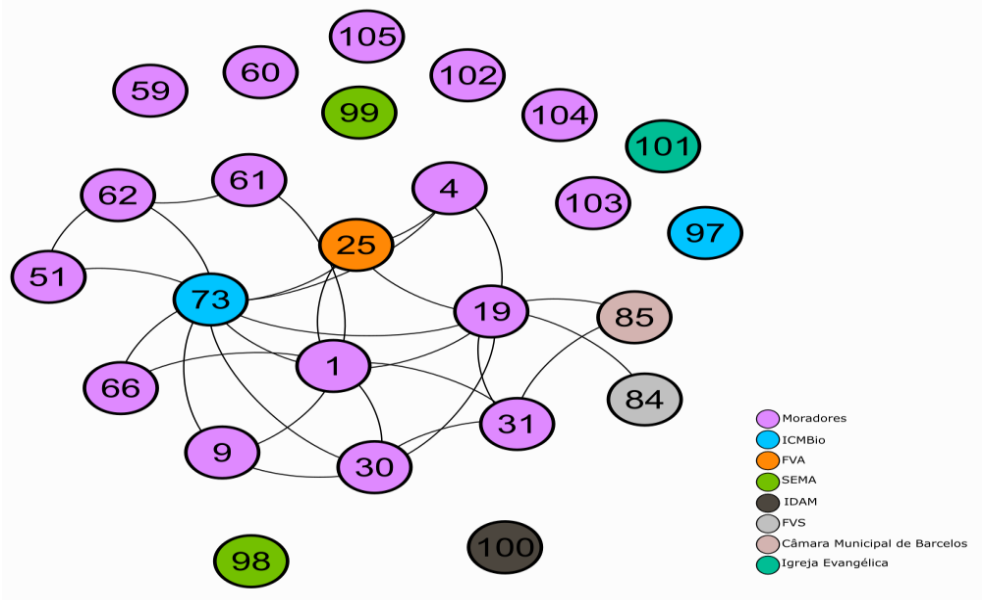
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

As ações realizadas no conselho dependem também da influência que cada ator exerce um sobre o outro, do capital social adquirido, das redes sociais que conectam diversos tipos de relações sociais, tais como amizade, parentesco, profissional, ideológico, entre outros. Por meio da pesquisa de campo foi possível observar que os laços afetivos estão presentes principalmente com os representantes das comunidades, os quais possuem relações de parentesco, amizade e companheirismo com outros membros do CDRRU. Estes laços contribuem para formação de coligações cujas alianças são importantes para o processo de formulações de pautas e implementação de ações dentro da UC.

Salienta-se que estas alianças nem sempre acontecem de forma intencional, muitos conselheiros acabam destacando-se diante dos demais, tornando-se referência pelo conhecimento da temática e/ou pela maior desenvoltura para expor as ideias, isso permite que estes conquistem o respeito dos demais conselheiros/as e ganhem notoriedade e centralidade no CDRRU. Também há conselheiros/as que estão mais isolados dos grupos de discussão, dessa forma participam menos dos processos decisórios.

Nesse sentido, entender a posição em que estes conselheiros se encontram dentro das redes de ação, tornou-se uma importante ferramenta para compreender seu grau de influência dentro da arena do conselho. Deste modo, os entrevistados/as foram questionados a respeito dos conselheiros a quem buscam informação, ou querem resolver problemas, estes foram apontando os nomes e a partir de suas respostas foi possível determinar a rede de colaboração e influência presenta na arena do CDRRU.

Figura 3 – Rede de colaboração e influência do CDRRU



Fonte: Elaborado pela autora com auxílio do software Gephi 0.9.2.

Como demonstra a Figura 3, chama a atenção o número de atores “isolados” na rede, isto é, pessoas que não foram indicadas por outros conselheiros/as como alguém para compartilhar informações. Nesse sentido, a estrutura geral e as posições dos atores determinam quais ações e alianças (cooperação ou confronto) podem ser realizadas, bem como a forma que os recursos imateriais são transacionados ou constituídos, tais como: status, prestígio e o acesso à informação. Assim, a posição que os conselheiros/as ocupam na rede indica uma vantagem ou desvantagem no que se refere ao acesso à informação e as possíveis alianças.

Uma possível explicação para o conjunto dos atores isolados seria a recente entrada no conselho de alguns deles/as e as dificuldades que muitos encontram em compreender a linguagem jurídica dos documentos ou a linguagem utilizada pelos representantes do Estado nas reuniões, o que levaria esses conselheiros a buscarem ajuda de outros para esclarecer dúvidas e, em muitos casos, solicitar a outros que façam as demandas de suas comunidades.

Entre os atores isolados encontram-se os representantes do Estado, servidores que fazem parte de outra unidade de conservação estadual, que, talvez, pelas demandas de ações de suas UCs não consigam ser mais atuantes dentro do CDRRU. Existe também servidores que ingressaram há pouco tempo em suas autarquias e rapidamente foram indicados a compor o quadro de conselheiros/as do CDRRU, por isso ainda estão se familiarizando com as discussões e conhecendo as demandas e os outros conselheiros.

Outro aspecto importante observado foi a distribuição do poder entre instituições estatais, ONG e comunidades. Os dados indicaram o ICMBio como uma instituição central, possuindo maior articulação entre os atores envolvidos, entretanto esse poder é compartilhado com a ONG FVA e com os comunitários que se apresentam atuante dentro da arena do conselho, logo, alguns conselheiros possuem condições iguais de participação sem que haja uma estrutura hierárquica que limite sua atuação.

Quando os conselheiros/as foram questionados qual era a relação com os nomes apresentados na pesquisa, muitos apontaram as relações familiares, de trabalho e de amizade como critérios para determinar esta confiança, corroborando com as ideias de Renn (1992), cujas as relações como parentesco, amizade, simpatia e relações de trabalho, influenciam na formação de coligações dentro de uma arena.

Por fim, a rede permitiu observar quais atores detém maior centralidade dentro da arena do conselho, com que conselheiros estão relacionando-se, se possui maior ou menor acesso à informação, bem como a ligação entre cada conselheiro. Estes aspectos são importantes para entender como as relações de poder vêm sendo estruturadas dentro do conselho e consequentemente entender o papel dos

conselheiros, representantes do estado e terceiro setor na operacionalização da política ambiental no Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos que atuam no setor ambiental são importantes espaços para a participação e controle social sobre a implementação, fiscalização e deliberações das políticas ambientais. Nas UCs estes espaços tornam-se importantes canais de participação popular e empreendimentos de implementação da gestão compartilhada, elemento essencial do sistema de UCs, ao mesmo tempo converte-se em seu mais desafiador papel, considerando os diferentes atores sociais que compõem os Conselhos de UCs estabelecidos em lei.

A pesquisa buscou contribuir para o entendimento do processo de participação e decisão no CDRRU, onde configura-se pela pluralidade de atores e instituições envolvidas em seus processos decisórios. Neste sentido, a participação em reuniões e conversas com conselheiros foram importantes para perceber como a política ambiental vem sendo delineada nos rios da Amazônia.

Além disso, propõe-se falar dos conselhos ambientais utilizando-se o conceito de arenas como uma metáfora que ajuda a compreender o processo de organização política, na qual os conselheiros dirigem seus argumentos nas assembleias e tentam influenciar o processo decisório. Estas ações ajudam a determinar o rumo da política ambiental em sua unidade de conservação, são escolhas feitas a partir do processo de conflitos existentes. Entretanto, as ações não podem ser medidas apenas pelos conflitos existentes, mas pelos processos de cooperações identificados a partir das redes sociais estabelecidas pelos conselheiros. Estas redes são criadas a partir de relações afetivas, de trabalho ou por objetivos em comum. Por fim, conflito e cooperação foram categorias decisivas para entender a distribuição de poder e como a política ambiental vem sendo desenhada na Resex do Unini.

REFERENCIAS:

DAHL. Robert. **A democracia e seus críticos**. Trad. Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Centauro, 2001

JACAUNA, TIAGO. **Difusão horizontal e vertical da política ambiental na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA, v. 21, n. 2, p. 233–256, 2018.

LOUREIRO, Violeta F. **Amazônia:** estado, homem, natureza. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2009. 383p.

LÜCHMANN, Lígia H. H.; ALMEIDA, Carla C. R. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de políticas Públicas**. *Revista Katál,* Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 86-94, jan.-jun. 2009.

MOISÉS, J. A. **Os Brasileiros e a Democracia:** bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

RENN, O. **The social arena concept of risk debates**. In: _____ Social Theories of Risk. Westport: Preger, 1992.

SANI, Giacomo. **Apatia.** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Vol. 1, 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, p. 56-57.

TATAGIBA, L. **A institucionalização da participação:** os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.) A participação em São Paulo. São Paulo: UNESP. 2005

TEIXEIRA, A. C. **Formação dos conselhos no Brasil**. In: FARIA, H.; MOREIRA, A.; VERSOLATO, F. (Org.). **Você quer um bom Conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.